Internet: http://www.ans.pt — Email: contacto@ans.pt
www.facebook.com/ANSargentos

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXIII • Julho / Agosto / Setembro 2024 • Nº 125

# MEDIDAS APROVADAS AGRAVAM PROBLEMAS A CURTO E A MÉDIO PRAZO

**CARTA ABERTA DA DIRECÇÃO DA ANS, AOS SARGENTOS DE PORTUGAL**
Pág.10

**SERVIÇO MILITAR: UMA PONTE ENTRE A JUVENTUDE E A SOCIEDADE?**
Pág.13

**DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI AS "INVERDADES" SOBRE O SMO**
Pág.3

**EXÉRCITO CONDECORA FERNANDO FREIRE**
Pág.9

# EDITORIAL

## VALORES REPUBLICANOS NA LUTA DOS SARGENTOS!

Estamos a assinalar mais um aniversário da implantação do regime em que vivemos, desde há 114 anos, e que servimos: a República!

Mas, se não for a ANS – Associação Nacional de Sargentos, ficarão esquecidos alguns dos seus maiores obreiros: os Sargentos! Quer sejam os de 31 de Janeiro de 1891 (primeira tentativa de implantação da República), quer sejam os de 4 e 5 de Outubro de 1910, os "*Nove Bravos Sargentos da Rotunda*", como merecida e publicamente os caracterizou Machado Santos em Outubro de 1911.

Estamos a uns dias da apresentação de propostas, discussões, debates, votações em torno do Orçamento de Estado para o ano de 2025 que, em bom rigor, deveriam já incorporar as correcções de inúmeras injustiças. Em vez do diário folhetim a que vamos assistindo sobre quem apoia ou não apoia, quem reúne ou não reúne, quem aprova ou não aprova, seria muito mais útil e importante para os portugueses saber que matérias concretas incorporam as propostas para o OE2025.

As medidas anunciadas pelo actual governo, e publicadas em Diário da República no passado dia 30 de Setembro, que alguns até já asseguram que se estarão a fazer sentir no estancamento das saídas de pessoal do Exército (o futuro nos dirá se isto se confirma), não sendo estruturais, como se desejaria, vão criar de forma exponencial ainda mais desilusão, descontentamento e abandono, se não se adoptarem rapidamente os necessários mecanismos, com novas medidas, para atacar em continuidade os verdadeiros problemas. A gestão dos efectivos nas Forças armadas não pode ser tratada por impulsos ao correr dos oportunismos político-partidários ou eleitorais. E muito menos deverá gerar situações de divisão e tratamento diferenciado entre os militares, por muito que a propaganda governativa o tente esconder, negar ou branquear.

Estão a ingressar formalmente nos Quadros Permanentes das Forças Armadas, algumas dezenas de jovens Sargentos que, apesar da sua dedicação e do seu esforço, são logo no início da carreira, enquanto militares dos Quadros Permanentes, confrontados com uma enorme e revoltante injustiça ao não terem sido graduados como militares da categoria de Sargentos no decurso dos respectivos cursos de formação, como deveria acontecer, nem verem reflectida na sua remuneração o esforço que fizeram para ingressar nos Quadros Permanentes no posto de Segundo-Sargento.

Por outro lado, é desejável que quando se apresentarem nas suas unidades de colocação, já o façam ostentando a divisa do posto de Segundo-Sargento, resultado de uma luta travada pela ANS, e não a do posto de Furriel ou, pior ainda, com uma insígnia que não existe na categoria de Sargentos, ou com a de um posto de uma categoria a que já não pertencem.

Também estão a ser confrontados com uma potencial situação de tratamento diferenciado no cálculo das suas pensões os militares que tenham transitado para a situação de Reforma em 2024 e que venham a transitar em 2025 e em 2026 face ao incremento do Suplemento da Condição Militar.

Ou seja, as preocupações atingem toda a categoria de Sargentos, seja no início da carreira, durante a mesma ou quando transitam para a supostamente merecida situação de Reforma.

Estamos a entrar no último trimestre de 2024. Aproxima-se o termo do mandato dos actuais Órgãos Sociais da ANS e, como não poderia deixar de ser, com a responsabilidade própria, a Direcção já iniciou os trabalhos para a preparação do acto eleitoral que terá lugar no início de Fevereiro de 2025. Movidos pelo mesmo sentido de responsabilidade, tendo a noção da importância desta obra associativa e elevada consciência de classe, a Direcção está igualmente a promover trabalhos para a construção/ constituição de uma proposta de lista a apresentar a sufrágio. Estar disponível para participar nesta missão associativa, nesta luta por melhores condições, é não só um dever como também um contributo inestimável para o reforço da nossa ANS.

É fundamental ter a consciência que esta luta é uma obrigação de todos e de cada um de nós, e não se trata de nenhuma impossibilidade. A impossibilidade só existe se tal for feito isoladamente. Mas sendo feita colectivamente, está ao nosso alcance e pode produzir efeitos, tal é a virtualidade do associativismo! Para tanto basta contribuir individualmente para o reforço da ANS – a nossa associação representativa de classe – levando a associar-se quem ainda não o fez, porque, com o esforço de todos reforçarmos as estruturas orgânicas da nossa associação – Órgãos Sociais, Comissões Permanentes de Ramo, núcleos regionais e delegados nas Unidades. Se o fizermos, a ANS ficará mais apta, mais capaz de desenvolver as acções necessárias para contribuir para a solução dos muitos problemas que afectam o dia-a-dia das nossas vidas profissionais e até familiares.

Se trabalharmos no sentido deste reforço, garantidamente, melhoraremos as nossas propostas e contributos, a nossa voz terá mais força, a nossa razão será mais respeitada, a solução ficará mais próxima.

Conforme a ANS há muito vem denunciando, a descaracterização da Condição Militar acentua-se e, hoje, no final de 2024, são evidentes e preocupantes os resultados de tal degradação. É imperioso que seja reposto o equilíbrio entre direitos e deveres expressos no Artigo 2º da Lei de bases gerais do estatuto da condição militar, a Lei nº 11/89 de 1 de Junho, em vigor, e que se perceba e se respeite o alcance do texto do Artigo 3º da mesma Lei quando refere que *"os militares assumem o compromisso público de respeitar a Constituição e as demais leis da República…"*!

A Lei Orgânica nº 3/2001 de 29 de Agosto, que reconhece o direito de associação profissional dos militares, continua a ser profundamente desrespeitada, levando a que o diálogo com a tutela política e com as chefias militares seja insuficiente e, em algumas situações, até enganador, particularmente quando se escreve no preâmbulo dos diplomas que "*ao abrigo da alínea b) do Artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001 foram ouvidas as associações*"! Isto torna evidente que esta, que foi uma importante peça legislativa num passado recente, se tenha tornado insuficiente e susceptível de interpretações restritivas, quando não mesmo distorcidas, relativamente aos efectivos direitos dos militares.

Tendo consciência desta situação mas, no entanto, não desvalorizando o alcance de algumas das medidas profusamente anunciadas pelo governo e agora publicadas, é evidente que algumas destas medidas agravam os problemas a curto e a médio prazo, pelo que se torna cada vez mais urgente pugnar pelo reconhecimento do direito de representar juridicamente os associados, pelo direito de negociar colectivamente, em efectivo diálogo social, com vínculos, para que se possa com seriedade e verdade, respeitar o passado, melhorar o presente, preparando e pensando no futuro!

Porém, os militares Sargentos, não são homens e mulheres de desistir. Se o diálogo, ou mesmo a mera possibilidade de o fazer, é limitado, distorcido ou cortado, o caminho é continuar a resistir defendendo os direitos, a Condição Militar e as Forças Armadas. É sabido de experiência feita que nunca nada foi dado de bandeja! Tudo o que foi conquistado, foi com determinação, pela luta organizada, corajosa e abnegada!

Porque estamos conscientes e orgulhosos das lutas do passado, mantemos as cruciais lutas no presente, assumindo e preparando as necessárias lutas no futuro.

Essa foi, é e será sempre a força dos Sargentos de Portugal, hoje congregados na sua estrutura representativa de classe, a Associação Nacional de Sargentos! ▲

O SARGENTO ▲ **Propriedade:** Associação Nacional de Sargentos ▲ **Administração e Redacção:** Rua Leopoldo de Almeida 5-B ,Lumiar 1750-137 Lisboa ▲ **Telf. 21 815 49 66** ▲ **Tlm. 938850481** ▲ **Director:** Álvaro Martins ▲ **E.mails:** contacto@ans.pt ▲ **Paginação:** Carlos Velez ▲ **Impressão:** Unipress - Centro Gráfico, Lda. ▲ **Periodicidade:** Bimestral ▲ **NIF:** 502323078 ▲ **Registo no ICS:** 115109 ▲ **Tiragem:** 4 000 ex. ▲ **Depósito Legal:** 48582/91 ▲

# Da CONSTITUIÇÃO e da LEI

## As "inverdades" sobre o SMO

*É um desses que pensam que são senhores só porque são mandados por novos patrões. (Mia Couto in "Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra")*

No ano em que se assinalam os cinquenta anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, nunca é demais revisitar a Constituição da República resultante desse acto revolucionário, particularmente quando vivemos tempos tão conturbados para a Paz e quando tantas discussões se fazem, muitas vezes com argumentação enviesada e desprovida de fundamentação, acerca da forma de servir Portugal na condição de cidadãos em uniforme.

O Artigo 1º (**República Portuguesa**), estabelece logo a abrir que "*Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária*".

O Artigo 2º (**Estado de direito democrático**) define claramente que "*A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa*".

No Artigo 3º (**Soberania e legalidade**) reforça-se ainda que "*A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição*" e ainda que "*O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática*".

Ora, o Artigo 80º (**Princípios fundamentais**) determina que "*A organização económico-social assenta nos seguintes princípios: a) Subordinação do poder económico ao poder político democrático*", entre outros princípios. Não é necessário ter uma mente de inteligência superior para perceber que, relativamente a este princípio, existe uma evidente inversão.

Mas, atenhamo-nos ao que a Constituição versa sobre a Defesa Nacional.

O Artigo 273º (**Defesa nacional**) explicita que "*É obrigação do Estado assegurar a defesa nacional*" e que "*A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas*".

Por sua vez, o Artigo 275º (**Forças Armadas**) esclarece logo no seu nº 1 que "*Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República*", que, conforme o nº 2 "*As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional*", ainda no nº 3, que "*As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei*" e, finalmente, no nº 4, que "*As Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política*".

E para que não restem dúvidas sobre as direitos e obrigações constitucionais de todos os portugueses, o Artigo 276º (**Defesa da Pátria, serviço militar e serviço cívico**) determina que "*A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses*" e também que "*O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respetiva prestação*" e ainda que "*Os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar e que forem considerados inaptos para o serviço militar armado prestarão serviço militar não armado ou serviço cívico adequado à sua situação*".

A situação atinge picos de absurdo quando, numa clara distorção acerca do que é, e deve ser, um **serviço** militar, cidadãos na situação de desemprego recebem cartas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), oferecendo uma "boa oportunidade de emprego nas Forças Armadas", correndo estes o risco de perderem o direito ao respectivo subsídio se não aceitarem tal "emprego"!

A revisão constitucional de 1977 desconstitucionalizou a obrigatoriedade do Serviço Militar Obrigatório (SMO). Aprovada a nova Lei do Serviço Militar (LSM), a Lei nº 174/99 de 21 de Setembro, fixou a prestação do serviço militar exclusivamente baseada em regimes de voluntariado e contrato, em tempo de Paz.

A Lei Orgânica nº 3/99 de 18 de Setembro, e mais tarde no ano 2000 com a regulamentação da Lei nº 174/99, fixa apenas o recurso ao voluntariado a partir de 2004, conforme o nº 4 do Artigo 36º da Lei de Defesa Nacional (LDN), conjugado com o nº 5 do Artigo 1º da LSM.

No entanto, os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar podem, excepcionalmente, ser convocados para as Forças Armadas, em tempo de Paz, por falta de efectivos necessários para fazer face às necessidades decorrentes do cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas, ou ao seu regular funcionamento, conforme decorre do nº 4 do Artigo 36º da LDN conjugado com o nº 5 do Artigo 1º da LSM.

Ou seja, em "linguagem corrente" e contrariando as "inverdades" que vêm sendo "vendidas" há mais de duas décadas, por sucessivos responsáveis políticos (e não só), o SMO não foi extinto, nem acabou! O SMO foi suspenso, recorrendo-se apenas ao voluntariado, podendo, no entanto, ser retomado o recurso à conscrição se os efectivos não chegarem para suprir as necessidades de efectivos para o cumprimento da missão.

Alguém imagina a convulsão social que seria se um qualquer governo, face à escassez de efectivos, retomasse a conscrição para um qualquer tipo de SMO? ▲

# PROSSEGUEM OS TRABALHOS DE PREPARAÇÃO

## *para um acto normal e democrático na vida associativa!*

Conforme referido em artigo na anterior edição do jornal "O Sargento", estamos a caminhar para o final do mandato (2023/2024) dos actuais Órgãos Sociais da nossa Associação Nacional de Sargentos (ANS).

Este mandato tem sido marcado por inúmeras iniciativas, projectos, reuniões, mas, também, por alterações no plano político e governamental.

Assim, de acordo com o calendário previsto, no dia 1 de Fevereiro de 2025, em local e hora a anunciar, deverá ter lugar a eleição dos Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2025/2026.

Nesse sentido, está anunciada a abertura para apresentação de listas de candidatura a estas eleições, nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno Geral da ANS.

Conforme o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral, as listas de candidatura que eventualmente se venham a constituir, deverão dar entrada na sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até vinte dias antes da data do acto eleitoral.

Ainda de acordo com o texto deste Regulamento, cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger, com a identificação dos seus componentes (nome, idade, posto, ramo, local onde presta serviço e número de associado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação dos dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, cem associados com a situação devidamente regularizada, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

Tendo sempre presente as suas responsabilidades e obrigações, a Direcção da ANS está já a trabalhar para constituir a lista que apresentará a sufrágio, para que a continuidade deste projecto de defesa dos interesses da classe seja uma realidade, cumprido que está o trigésimo quinto ano de vida da nossa ANS.

Contudo, é a palavra e a acção dos associados, da massa associativa, razão de ser de uma instituição como a nossa, que é verdadeiramente determinante. Neste e em todos os eventos em torno da vida e da actividade associativa é a palavra, a expressão e a força dos associados que sustenta a continuidade desta estrutura representativa da classe dos Sargentos de Portugal, a Associação Nacional de Sargentos! ▲

# Sessão Debate

## *Recrutamento e Retenção nas FFAA*

**No passado dia 27 de Setembro, o 'Manifesto Cumprir e fazer cumprir a Constituição' promoveu uma sessão-debate sobre 'Constituição da República Portuguesa - Recrutamento e Retenção nas Forças Armadas'**

Integrado na Comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril, o evento teve lugar em Beja, na Biblioteca José Saramago, como forma de reflectir sobre a problemática da escassez de efectivos militares, bem como sobre o fraco recrutamento de jovens para ingressar nas fileiras, agravado pela cada vez mais difícil retenção dos que já estão ao serviço.

A sessão compôs-se de dois painéis:

- **Visão geral**, com o VALM Rocha Carrilho, em nome pessoal; o MGEN Vieira Borges, enquanto coordenador do observatório de Segurança e Defesa da SEDES; e Carlos Ferreira, da AOFA, moderados por Jorge Aires, do Manifesto;

- **A realidade actua**l – com Luís Reis, Presidente da Assembleia-Geral da AP; Carlos Colaço, Vice-Presidente da Direcção da ANS; e João Mata, Secretário da Direcção da ANS, moderados por Lima Coelho, também da ANS.

No primeiro painel os palestrantes expuseram sobre como se chegou a este estado de exiguidade de efectivos, discorrendo sobre as possíveis causas e sobre as possíveis soluções, não deixando de denunciar que há uma certa miopia na análise que as várias tutelas (Governos e Chefias) têm demonstrado de há muito a esta parte.

No período de debate que se seguiu a assembleia pôde desmontar algumas ideias pré-concebidas (a de que, por exemplo, o SMO foi extinto, quando a verdade é que ele está apenas suspenso e a LDN prevê que possa ser retomado…) e sublinhar que muitas das dificuldades do recrutamento e retenção poderiam ser evitadas se as APM fossem realmente ouvidas e efectivamente integradas nos 'grupos de trabalho' que se têm sucedido, governo após governo, chefias após chefias, com resultados escassos ou nulos.

O segundo painel apresentou o estado da arte: concursos para recrutamento com fraca (ou quase nula) adesão por parte dos jovens do país; sangria do quadro por parte de militares altamente qualificados, cuja substituição não se faz de um dia para o outro; militares voluntários e contratados que, ou saem antes do tempo, ou quando este acaba saem desiludidos e sem intenção de regressar ou prolongar contratos; dezenas de militares a indemnizar, com verbas avultadas, o Estado para saírem duma instituição que lhes não reconhece o valor nem a entrega.

Merece destaque, no debate que se seguiu às exposições do segundo painel, uma verdade óbvia: **se se recuperar o equilíbrio entre os deveres estatuídos no artigo 2º da Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar (expressos em 8 alíneas) e os especiais direitos do militar, escritos na nona e única alínea que os consagra, então, aí sim, serão encontrados os caminhos para resolver os problemas de recrutamento e retenção nas Forças Armadas**.

A ANS, os seus Órgãos Sociais e os Sargentos de Portugal estão, como sempre estiveram, disponíveis e interessados em eventos deste cariz. Basta integrarem-nos. Assim façam as várias entidades como fez o Manifesto.

*Luís Bugalhão* ▲

# Tem este problema solução?

A problemática do recrutamento e retenção nas Forças Armadas, que desde há algum tempo tem sido tema dos mais variados debates, resume-se, em princípio, a três questões fundamentais: incumprimento da Constituição, défice democrático, perda de soberania.

Um militar, pai de uma filha e dois filhos, refere que estes nem querem ouvir falar em ingressar nas Forças Armadas, atendendo ao exemplo que têm em casa e o efeito que teve sobre as suas vidas e de toda a vida familiar. Este reafirma que não incentiva, nem desincentiva nenhum jovem a ingressar nas Forças Armadas, mas quando lhe é pedida uma opinião, não os engana nem abdica de lhes contar toda a verdade. Não poderão é dizer que não foram avisados.

Para combater a falta de atractividade e assegurar a retenção, tem que ser reposto o equilíbrio entre direitos e deveres expressos na Lei de bases gerais do estatuto da condição militar *(Lei 11/89 de 1 de Junho)*.

Os deveres mantêm-se inalterados, e os "especiais" direitos são cada vez menos, quase não existindo, caindo mesmo a pique depois de 2005, quando foi notória a quebra de compromisso do Estado para com os militares e o seu juramento. Quando um militar faz o juramento de bandeira e, posteriormente como militar do Quadro Permanente, o juramento de fidelidade, assume um compromisso com a nação e o povo português, que terá de funcionar nos dois sentidos. Mas, como a realidade vem demonstrando, não funciona...

Coloca-se muita importância na questão dos vencimentos, e é, sem dúvida, muito importante. Mas é fundamental abordar também o que se pode designar de "vencimento indirecto". É isso que corresponde aos "especiais" direitos da condição militar, como sejam, as comparticipações de medicamentos (SNS), os regimes livre e comparticipado da assistência na doença (ADSE), a obrigatoriedade de descontos do titular e do cônjuge para a ADM, o HFAR que por asfixia orçamental, dificuldade de ingresso e renovação de contratos de pessoal clínico, auxiliar e administrativo, faltas e avarias prolongadas de equipamentos de diagnóstico, originam tempos de espera inaceitáveis, um ano e meio a dois em alguns casos, levando os utentes ao afastamento do HFAR, e muitos beneficiários forçados a usar unidades de saúde privadas.

Acresce a tudo isto, as dificuldades aumentadas no plano dos transportes, alojamento, alimentação, fardamento, processamento e abono de ajudas de custo, falta de condições de trabalho, serviços de higiene e segurança no trabalho e muito mais haveria a dizer...

Há medidas e decisões preocupantes a que vamos assistindo, como por exemplo, a facilitação dos requisitos para ingresso nas Forças Armadas e depois no Quadro Permanente, a diminuição nas exigências da formação, classificações e exames, e ainda, a redução da sua qualidade.

Não faltará muito para que não se consiga fazer um avião sair da placa, um navio sair do porto, ou operar e manter de forma segura uma qualquer viatura blindada ou peça de artilharia... Mas, entretanto, aumenta exponencialmente o risco de acontecerem acidentes.

As medidas recentes anunciadas pelo actual governo, que alguns até afirmam que já se fazem sentir no estancamento das saídas de pessoal do Exército (será?), como não são estruturais, se não tiverem continuidade com novas medidas para atacar os verdadeiros problemas, vão criar de forma exponencial ainda mais desilusão, descontentamento e abandono.

Mas, como já há alguns anos andamos nesta luta, temos a clara percepção de que nada disto acontece por acaso, não passando de uma estratégia muito bem gizada e orquestrada para reduzir, por esgotamento, as Forças Armadas a uma dimensão exígua, a que acresce um processo de privatização de inúmeros serviços, no seio das Forças Armadas, causando a perda de autonomia e conhecimentos, que a terem que ser recuperados demorarão décadas.

De resto, este processo na área da Defesa Nacional, não é diferente dos mesmos tipos de processos que se vêm verificando e desenvolvendo em áreas pilares da soberania e independência do Estado, como sejam, a educação, a habitação, a saúde, a segurança pública ou a justiça.

E, então, a questão primordial a colocar será: tem este problema solução? ▲

## Visitas às Unidades
## A ANS JUNTO DOS SARGENTOS

Dando continuidade ao trabalho de apresentação da ANS e de qual o seu papel enquanto legítima representante e defensora dos direitos socioprofissionais dos Sargentos de Portugal, delegações da associação deslocaram-se a quatro Unidades dos 3 Ramos das FFAA:

- 04JUL2024 - Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, Queluz;
- 11JUL2024 - Escola de Tecnologias Navais, Alfeite;
- 03SET2024 - Regimento de Infantaria Nº 14, Viseu; e
- 11SET2024 – Base Aérea Nº 6, Montijo.

Estas sessões têm servido para informar, esclarecer e desmistificar ideias pré-concebidas sobre o que é a Associação Nacional de Sargentos, ao mesmo tempo que servem para a aproximar dos camaradas, nos seus locais de serviço, lá onde desempenham as suas funções e levam a cabo a missão constitucional das Forças Armadas.

*Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 – Queluz*

A importância destas palestras reside também na oportunidade para encontrar camaradas que se disponibilizam para serem o elo que liga os Sargentos das Unidades à Direcção da associação, factor de vital importância para a divulgação das actividades dos Órgãos Sociais e, simultaneamente, para a criação de mecanismos para fazer chegar à Direcção os problemas que os camaradas vivem no terreno.

*Escola de Tecnologias Navais da Armada – Alfeite*

Não menos importantes são os períodos de debate que se seguem às apresentações. É aí que outros assuntos e problemas que afectam os Sargentos e as suas famílias podem ser esclarecidos de viva voz e olhos nos olhos. Temas como os vencimentos, a assistência social e na doença, as deslocações, a falta de pessoal, entre muitos outros, são debatidos de modo informal, mas esclarecedor, sem receios e com frontalidade.

*Regimento de Infantaria Nº 14 – Viseu*

Estas visitas são autorizadas superiormente pelos Estados-Maiores dos Ramos e em alguns dos casos, os Comandantes assistem às palestras. Por outro lado, todos os Comandantes das Unidades visitadas fazem questão de receber as delegações, que por sua vez, acompanhadas pelos SMOR Adjuntos dos Comandantes, fazem igualmente questão de apresentar cumprimentos aos Comandantes. Apenas por razões operacionais estes procedimentos conheceram, raras, excepções.

*Base Aérea Nº 6 – Montijo*

O caminho faz-se caminhando, e as visitas às Unidades para divulgação da actividade da ANS mostram que é cada vez mais normal e institucional a sua relação com as Chefias Militares e com os Comandos. E essa evolução constitui-se como outro ganho no sentido da defesa e dignificação dos Sargentos de Portugal.

À hora do fecho desta edição d'O Sargento estão já agendadas visitas a outras Unidades de todo o país. Onde quer que os camaradas Sargentos sirvam Portugal, a ANS está disponível para continuar estas sessões. ▲

# Assinalado o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas

Na presença de inúmeros convidados civis e militares, numa iniciativa conjunta do Clube de Praças da Armada (CPA) e da Associação de Praças (AP), no passado dia 21 de Setembro, junto ao monumento "*Ao Marinheiro Insubmisso*", no Feijó, foi comemorado o "*Dia Nacional da Praça das Forças Armadas*", assinalando os 88 anos do 8 de Setembro de 1936, acto que ficou para a história como a "*Revolta dos Marinheiros*".

A ANS esteve representada pelos Presidente, Vice-presidente e Secretário da Direcção, António Lima Coelho, Rogério Graça e José Galvão, respectivamente.

Tendo como convidado de honra o Comandante Florindo Paliotes, pertencente à CDAP - Comissão Dinamizadora das Praças da Armada, a cerimónia foi marcada pelas intervenções do Vice-presidente da Direcção do CPA, CMOR Fernando Santos Pereira, do Presidente da AP, CMOR Paulo Amaral e do convidado de honra.

Paulo Amaral, na sua intervenção, começou por deixar um voto de pesar às famílias enlutadas dos homens e mulheres, bombeiros e civis, que perderam a vida nos incêndios que consumiram zonas florestais e urbanas na zona norte e centro do País, assim como, um voto de pesar à família do Primeiro Cabo Afonso Canoa que, dias antes, perdeu a vida na Base Aérea nº 8, em Maceda, Ovar.

Estendeu um voto de pesar às famílias dos camaradas militares da GNR que em Agosto perderam a vida fruto da queda de um helicóptero no Rio Douro, e ainda, a todas as famílias de militares e civis que, por uma razão ou outra, viram os seus entes queridos perder a vida no desempenho das suas funções, em prol da defesa da vida e dos bens dos seus concidadãos.

Quando referiu a efeméride, afirmou ser necessário não ter medo das palavras e citou do livro "*A Revolta dos Marinheiros de 1936*", de Gisela Santos de Oliveira, a introdução assinada pela ex-Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Neto de Sousa:

"…o *reconhecimento à coragem daquele punhado de valorosos homens do mar que, mesmo conscientes da imensa força bruta que se lhes opunha, compreenderam que a luta pelos valores da Liberdade constitui sempre o mais nobre dos actos humanos na defesa da sua dignidade e da dignidade de todo o povo a que pertencem*."

Da sua extensa, emotiva, mas contundente e assertiva intervenção, cuja leitura se sugere ser feita na íntegra, eventualmente através da página da AP, realçam a consciência dos valores da unidade e da coesão, de deixarmos de ser uma classe de "*Eus*", passando a ser muito mais uma classe de "*Nós*", e a dificuldade sentida pelos militares em geral, mas que muito atinge a classe de Praças em especial, relacionada com a falta de efectivos e a falta de medidas corajosas e concretas, para reverter tal situação.

Desde a valorização salarial, promoções atempadas, dignificação do posto de Cabo-Mor, eliminação dos 14 meses de pagamento para a ADM, a reforma pela Segurança Social e já não pela CGA, habitabilidade, entre muitas outras foram referidas.

Não desvalorizando a importância das medidas anunciadas pelo governo, considerou serem enganadoras quando ao alcance e continuarão a tratar os militares de forma diferenciada naquilo que lhes deve ser comum, como deveria ser o reconhecimento da Condição Militar.

Considerou de extrema importância o integral cumprimento da lei do associativismo profissional para os militares bem como a necessária evolução legislativa para um quadro que permita a representação jurídica dos associados e a negociação colectiva com vínculos.

Perante todas as representações de convidados presentes que, das estruturas militares, estavam representantes da Casa Militar da Presidência da República, do Estado Maior General das Forças Armadas, do Estado Maior do Exército, do Estado Maior da Força Aérea, não pode deixar de registar que não estavam presentes quaisquer representantes do Estado Maior da Armada.

Terminou reiterando o foco no trabalho de caminhar no sentido de ajudar a encontrar as melhores soluções que afectam as Praças das Forças Armadas, e os Militares em geral, junto das entidades competentes, políticas e militares.

Sendo necessário desmistificar a errada noção em torno da palavra "*política*", defendeu que tudo o que fazemos na vida é política. E é neste tipo de trabalho associativo socioprofissional que reafirma a AP a disponibilidade, e direito, para ser um parceiro para promover a atractividade e ajudar na retenção, factores essenciais para combater muitas das dificuldades com que estão confrontadas as Forças Armadas.

Paulo Amaral concluiu a sua forte intervenção afirmando: "*ENQUANTO HOUVER MAR PARA NAVEGAR, CÉU PARA VOAR E ESTRADA PARA ANDAR, A LUTA NA DEFESA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E DIREITOS DAS PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS, CONTINUARÁ*". ▲

*Paulo Amaral (AP), Florindo Paliotes (CDAP), Fernando Santos Pereira (CPA)*

# CPA COMEMORA 41 ANOS DE VIDA

O Clube de Praças da Armada (CPA) comemorou o 41º Aniversário, no passado dia 28 de Setembro.

Na Sessão Solene que teve lugar na sua Sede Social, na Romeira, Cova da Piedade, estiveram presentes entidades civis e militares, bem como representantes do movimento associativo militar, nas suas vertentes cultural-recreativa e socioprofissional. A ANS esteve representada por José Galvão, Secretário da Direcção.

A abertura dos trabalhos e boas vindas coube ao Vice-presidente da Direcção, Fernando Santos Pereira. Carlos Cardoso, Presidente da Direcção, fez uma abordagem à situação do CPA. Para além do apelo à apresentação de listas, tendo em vista o acto eleitoral que estão a preparar, sublinhou que um dos problemas do movimento associativo incide na falta de novos sócios, o que constitui um dos mais difíceis desafios a ultrapassar, tendo em vista a continuidade do trabalho.

Esta foi uma tónica expressa nalgumas intervenções de outros convidados, mas sempre com uma mensagem de confiança e esperança de que o CPA tenha ainda longos anos de vida, para que a preciosa contribuição para a cultura, para o desporto, integrada no movimento associativo local e concelhio, dignificando os Marinheiros, a Marinha e os Militares, possa continuar como tem acontecido até aqui.

A sessão prosseguiu com a entrega de diplomas e prémios e encerrou com os tradicionais corte do bolo de aniversário e brinde.

Longa vida ao CPA para que continue a servir os Praças da Armada e os Militares em geral. ▲

# Um Século para o reconhecimento de Sacadura Cabral…

## Mas, cem anos não chegam para mais!

A Marinha reconheceu, recentemente, a carreira e mérito de Sacadura Cabral *"ficou intimamente ligado à aviação naval"*, descrevendo-o como um *"oficial temerário, e um hábil piloto"* que em 1922, *"juntamente com Gago Coutinho executa com sucesso a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, que ligou Lisboa ao Rio de Janeiro, feito épico que os catapultou para as páginas da História de Portugal e da aviação mundial"*.

*"No ano em que se cumprem 100 anos do seu desaparecimento, no cumprimento de uma missão, esta promoção, a título póstumo, a contra-almirante é a mais singela homenagem a um militar da Marinha, que, se não tivesse desaparecido prematuramente, a sua promoção ao almirantado surgiria de forma natural, tais as qualidades por si demonstradas e desempenho até então"*, lê-se no comunicado [citações publicadas na Página da marinha.pt].

Feita esta citação, sem qualquer demérito ou desprimor pelos feitos deste ilustre marinheiro, cidadão em uniforme, do seu tempo, serviu a Pátria com a sua capacidade e vê as chefias do País reconhecerem-no publicamente com a promoção a Almirante pois: "*se não tivesse desaparecido prematuramente, a sua promoção ao almirantado surgiria de forma natural*".

É com alguma ironia que vejo, enquanto marinheiro, que a Marinha admita e proponha em Conselho de Estado ao Presidente da República que, o senhor Cadete que chegou a Capitão de Fragata, se não se tem perdido em voo, de forma fatídica, e apesar de ser um «*très bon pilote*", ia continuar a respirar e seria Almirante.

É um facto que todo o marujo sabe e que, após 100 anos é confirmado. Todo o cadete se arrisca a ser Almirante, basta manter-se a respirar e será certamente Mar-e-Guerra.

Também é confirmado que, 100 anos não chegavam para o Cabo Mecânico Pinto Corrêa ser também promovido dado que não se confirmou que poderia ascender na carreira "*se não tivesse desaparecido prematuramente*", sob o comando do agora promovido a Almirante, em causas desconhecidas.

*Fotografia de CH Magazine*

A razão destas palavras reside na tristeza de ver que, aparentemente, a Marinha só tem Oficiais dignos de mérito e tudo o que não sai da Escola Naval é uma vã paisagem, onde Sargentos e Praças vão escasseando e, se fosse em 2024, o Sr. Almirante Sacadura Cabral teria de viajar sozinho pois o Cabo Mecânico já teria metido abate ao quadro.

Cem anos não bastam para reconhecer que há algo mais a fazer numa Armada que já sente falta da alegria da marujada. ▲

# CFS/QP DA FAP: Falta de planeamento ou simples desnorte?

Depois da noticiada "*pesca de arrasto*" que a Força Aérea Portuguesa (FAP) promoveu para (tentar) preencher as vagas previstas do Curso de Formação de Sargentos (CFS) do Quadro Permanente (QP) 2024 – 2026 (*ver artigo na edição nº* 123 do Jornal ***O Sargento***), presenciamos, agora, uma evidente desorientação no que à gestão de admissões de militares para o Estágio Técnico-Militar de Praças (ETM) QP em conjugação com as do CFS-QP diz respeito.

Chegaram-nos reportes de militares que, tendo-se candidatado a ambos os concursos, iniciaram no passado dia 23 de Setembro o ETM de Praças, sendo que se mantêm elegíveis para admissão ao CFS-QP. Confuso? Sim. Surpreendente? Infelizmente, não!

Nas fases de admissão para o CFS-QP estava previsto que as listagens definitivas seriam publicadas nos últimos dias de Agosto e o Curso teria início a 2 de Setembro. No entanto, os candidatos desesperam pelo anúncio da lista de admissões e de uma nova data para o arranque da formação. Alegadamente, a origem desta problemática estará numa eventual falta de voluntários para preencher as vagas previstas para algumas especialidades, o que terá levado a FAP à necessidade de uma redistribuição dos quantitativos excedentes por outras especialidades, sendo que algumas delas viram os seus números crescer largamente, mesmo não estando previsto inicialmente terem alguma vaga extra.

Considerando a existência de candidatos concorrentes a ambos os cursos de ingresso no QP, tal facto deveria ter levado a uma célere reapreciação dos admitidos a ambos os concursos, mas isto tarda a ser feito, nomeadamente nas listagens do CFS, levando a um considerável atraso que, para além de impactar com a gestão dos efectivos dos diferentes serviços por impossibilidade de planeamento a médio prazo, tem elevado potencial para defraudar as expectativas dos próprios militares, promovendo a desmotivação dos mesmos!

A título de exemplo, alguns dos militares que tendo sido admitidos para o ETM de Praças, viram-se, com o aumento de vagas para a sua especialidade no CFS-QP, enquadrados no lote de selecionáveis para este último curso. Ainda assim, tiveram de iniciar o ETM enquanto aguardam pela lista do CFS.

Questionamo-nos se não seria possível o Comando de Pessoal da FAP tratar de publicar a listagem final para o CFS, permitindo aos seus militares ingressarem "*ab initio*" no curso correcto, não tendo de gerir o seu descontentamento e expectativa no início de uma formação que podem não terminar.

O que parece evidente, é que poderão haver militares que, no dia 23 de Setembro, iniciaram um processo formativo para ingresso nos QP da FAP na categoria de Praças, mas que estarão na iminência de se verem selecionados para frequência do curso que lhes dará acesso à categoria de Sargentos na mesma modalidade. Como se procederá à migração?

Perante um processo que não se iniciou da melhor forma, e que mantém o mesmo ritmo, conservamos a expectativa pelas "*cenas dos próximos episódios*" deste CFS/QP 2024/2026! ▲

# A dignificação da categoria, ou a ausência dela…

A data de 11 de Setembro permanece fresca na memória de todos os que em 2001 tinham pelo menos 10 anos de idade.

Houve, no entanto, quem tratasse, 23 anos depois e ainda que por outros motivos, de que essa mesma data marcasse a memória de algumas dezenas de pessoas.

O Sargento teve conhecimento que, no passado dia 11 de Setembro de 2024, foram colocados os militares que concluíram o Curso de Formação de Sargentos 2022/2024 para ingresso nos Quadros Permanentes da Força Aérea Portuguesa (CFS/QP 22/24 da FAP), com excepção dos camaradas de especialidades que, por força da atribuição de carteiras profissionais, necessitam de cumprir carga horária adicional de estágio. Porém, os camaradas oriundos da categoria de Praças, como se não fosse mal suficiente terem cumprido toda a duração do curso sem acesso à justa graduação no posto de Furriel, viram-se apresentados nas suas novas Unidades sem a necessária promoção ao posto de início de carreira nos Quadros Permanentes da categoria de Sargentos! Estranha-se ainda mais que estes camaradas, fazendo uso de passadeiras de posto de Primeiro-Cabo ou Cabo-Adjunto, se tenham apresentado com documentação que os identificava como Segundo-Sargento (2SAR)! E ninguém achou estranho?!

O Sargento sabe que a informação acerca da conclusão do curso, que leva, obrigatoriamente, à necessária promoção, foi transmitida pela Unidade Politécnica Militar ao Ramo. O porquê de esta informação não ter circulado internamente permanece uma incógnita!

Ainda assim, no dia 13 de Setembro, a Direcção de Pessoal difundiu uma mensagem dando conta do ingresso de 32 militares nos Quadros Permanentes de Sargentos com o posto de 2SAR. Porém, como a mensagem não referia taxativamente que *"são promovidos ao posto de 2SAR os…"*, houve Unidades de colocação que mantiveram a reserva na formalização da promoção dos camaradas e a situação arrastou-se durante mais de uma semana, com camaradas promovidos e outros por promover, até que desta mesma Direcção chegou a informação de que não iria ser emitida nenhuma mensagem adicional, pelo que todos esses camaradas já deviam fazer uso das novas passadeiras de posto! Não nos parece que seja assim que se motivam jovens com vista à sua retenção nas fileiras!

Aos camaradas que agora iniciam carreira nos Quadros Permanentes como Sargentos, o jornal O Sargento apresenta as suas saudações e deixa o desejo de que no futuro não encontrem mais atropelos à dignificação da sua condição enquanto Sargentos de Portugal! Já aos detentores do dever de tutela por estes camaradas se deixa a questão: seria isto possível após a conclusão de um curso de acesso aos Quadros Permanentes ministrado na Granja do Marquês? ▲

# Exército condecora Fernando Freire

***No 19º aniversário da Brigada de Reação Rápida (BRR), quando o Exército anuncia o regresso de helicópteros a Tancos, à antiga Base Aérea 3 (BA3), desativada em 1993.***

Fotos de O Exército e de João Paulo Marques

Presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Eduardo Mendes Ferrão, a cerimónia militar à qual se juntou a população, em comunhão com os militares das diferentes Unidades da Brigada, decorreu no parque ribeirinho de Vila Nova da Barquinha.

Durante a cerimónia, o comandante do Exército condecorou o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, Fernando Freire, com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército 1.ª Classe, aludindo à estreita colaboração entre a autarquia e as unidades militares sediadas no Polígono Militar de Tancos, onde se encontra o Comando da Brigada.

Na sua alocução, o Brigadeiro-General Felisberto Matias, Comandante da BRR, disse que Tancos é o centro do dispositivo desta Brigada, onde tem a unidade de apoio, com a missão de apoiar o comando, a companhia de transmissões, o núcleo de apoio de serviço ligeiro e o agrupamento sanitário, responsabilidades que poderão agora ser ampliadas com a instalação da unidade de helicópteros de apoio, protecção, e evacuação do Exército.

Nas palavras que dirigiu aos presentes, o Comandante do Exército exprimiu honra e orgulho em associar-se às celebrações do dia festivo, enaltecendo o espírito de missão, dedicação e profissionalismo de todos quantos servem na BRR.

Salientou ainda a importância do Exército enquanto agente de protecção civil, agradeceu aos militares que ajudaram a combater os incêndios, e sublinhou que o Exército não foi contemplado com apoios provenientes de financiamentos europeus, e que poderiam desencadear uma resposta mais eficaz e resiliente, perante estas situações de emergência e catástrofes.

Para além do reconhecimento aos militares da BRR, o CEME estendeu-o a todos os militares do Exército, que se encontram em missão no exterior do território nacional.

Mas, reforçou a merecida e justa homenagem a todos quantos, com elevado espírito de missão, indiscutível dedicação e extremo profissionalismo, servem nesta Grande Unidade do Exército, em particular no seu Comando, localizado no concelho de Vila Nova da Barquinha, muito justamente apelidado de Princesa do Tejo, onde os militares sempre foram bem acolhidos.

Considerou assim que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, Dr. Fernando Freire, é o testemunho da parceria institucional entre esta Autarquia e o Exército, traduzido num relacionamento sólido e colaborativo com as Unidades sediadas no concelho, facto inquestionável, que legitimamente sustenta a homenagem que lhe foi prestada na cerimónia.

As Unidades que compõem a Brigada são: Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego); Regimento de Artilharia Nº 4 (Leiria); Regimento de Cavalaria Nº 3 (Estremoz); Regimento de Comandos (Carregueira – Sintra); Regimento de Infantaria Nº 1 (Beja); Regimento de Infantaria Nº 10 (S. Jacinto, Aveiro); Regimento de Infantaria Nº 15 (Tomar); Regimento de Paraquedistas (Tancos – Vila Nova da Barquinha); Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida (Tancos – Vila Nova da Barquinha).

O evento culminou com um concerto, à noite, pela Orquestra Sinfónica do Exército, e que contou com a participação de Cândido Godinho, músico barquinhense, como convidado especial, numa actuação em que evocou, em três temas, os 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Fernando Freire, presidente do município de Vila Nova da Barquinha, não escondeu a satisfação pelas cerimónias do Dia da BRR terem decorrido no concelho, e pela informação avançada pelo BGEN Felisberto Matias, sobre a instalação de uma unidade aerotransportada em Tancos, afirmando que "A intenção de dotar com aeronaves, com helicópteros, o polígono militar de Tancos, significa o regresso de aeronaves a Tancos, depois da saída da BA3, em 1993".

Fernando Manuel dos Santos Freire, licenciado em Direito, é Sargento-Ajudante da Força Aérea, na situação de Reforma.

Desempenhou diversos cargos como dirigente da ANS: 1996/1997, Presidente da Assembleia Geral; 1998/1999, Presidente do Conselho Fiscal; 2000/2001, Vice-presidente da Direcção; 2002/2003, Secretário do Conselho Fiscal.

Entretanto, transitou para a situação de Reserva e continuou a prestar valorosos serviços e apoio à ANS no gabinete de advogados em que passou a trabalhar, até ter ingressado na missão autárquica que vem desempenhando até ao presente. ▲

# Carta Aberta da Direcção da ANS, aos Sargentos de Portugal
# "Um dia histórico!"

No dia 26 de Julho de 2024 o governo, na pessoa do Primeiro-ministro, aludiu a esse dia como sendo um dia histórico devido aos anunciados maiores aumentos de sempre para os militares.

Numa apresentação de medidas socioprofissionais apoiadas pelos Chefes militares, fora da esfera de representação destes e desconhecendo-se se houve ou não negociação, e com larga cobertura mediática anunciaram-se medidas, algumas por arrasto de outros grupos profissionais, que chegam com anos de atraso, que mais não são que um "penso rápido" enquanto medidas puramente conjunturais, sendo notório os estragos profundos que foram já causados por esse atraso e inacção de sucessivos governos.

Não desvalorizando as medidas anunciadas assim como a sua justiça, ficam de fora medidas estruturais urgentes ao nível de carreiras, avaliações, assistência na doença, apoio social, formação e certificação profissional, cuja não resolução vai minar os objectivos declarados ao nível do recrutamento e retenção, indo nalguns casos criar novos problemas a juntar aos que já existem.

Tem dito o Ministro da Defesa Nacional que falou com os Chefes militares, que alguns deles já vieram a público mostrar a sua satisfação, colocando a tónica nesta relação de sintonia e objectivamente afastando as associações profissionais de militares de todo o processo, contrariamente ao que determina a Lei do associativismo militar, escudando-se em duas reuniões das associações com o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, que transmitiu nada ter a dizer, referindo apenas que em breve haveria novidades, mas escusando-se a revelar o que quer que fosse, dizendo até que não podia garantir que nos fossem fazer chegar algum projecto de lei ou sequer documento de trabalho, o que se veio a confirmar.

Tal atitude é um erro crasso.

Convém recordar que na década de 80 do século passado, o General Soares Carneiro, então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, declarou que não era chefe de nenhum sindicato dos militares. Tal declaração, para que fiquemos enquadrados, surge na sequência do então Ministro da Defesa Nacional, Fernando Nogueira, ter alterado as regras de escolha dos Chefes militares. Até então eram os Oficiais Generais que entre si seleccionavam três dos seus pares, para que o poder político escolhesse um deles. A partir daquela altura os Chefes militares passaram a ser escolhidos de forma autónoma sem levar obrigatóriamente em conta o seu prestígio no Ramo ou os seus conhecimentos militares, podendo inclusive utilizar critérios de escolha que pouco ou nada terão a ver com a natureza militar.

Desta forma cria-se uma dependência do Chefe militar para com o governo, que necessáriamente e pelos mais variados motivos, condiciona a sua posição e cria uma evidente dificuldade, senão mesmo impossibilidade, de contrariar ou oferecer oposição clara a medidas penalizadoras para os seus subordinados e para a própria Instituição Militar.

Esta percepção é de tal forma evidente, e restringindo-nos apenas aos aspectos socioprofissionais, que podemos facilmente constatar que sempre que os sucessivos governos cortaram de forma drástica direitos que decorriam da Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, destruindo a relação de equilíbrio entre deveres e direitos, com prejuízo destes últimos, a posição das chefias militares foi sempre de cobertura a essas medidas governamentais, chegando inclusive a usar a sua competência disciplinar, por iniciativa própria ou por intercedência do governo, para castigar militares que de forma leal e ordeira mostraram o seu desacordo com tais reduções de direitos, reduções essas que se vieram a revelar como altamente prejudiciais para o funcionamento das Forças Armadas (e que se tornam necessárias reverter), sem que, contudo, tivessem sido ou sejam apurados quaisquer culpados ou responsáveis por aquele desastre...

- Foi assim quando os militares pretenderam e conseguiram a criação do Estatudo dos Militares das Forças Armadas;
- Foi assim quando lutaram pela alteração do famigerado artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, conseguiram organizar-se em associações e obtiveram um conjunto de direitos de cidadania que até então lhes estavam vedados, como o direito de reunião, de associação, de petição e até de manifestação;
- Foi assim quando os Primeiros-Sargentos da Marinha lutaram e conseguiram ultrapassar a diferença de vencimento em relação ao posto de Cabo;
- Foi assim quando os Primeiros-Sargentos da Força Aérea e do Exército lutaram para ter o vencimento igual aos da Marinha e conseguiram;
- Foi assim quando os Sargentos e Praças das Forças Armadas lutaram e conseguiram a equiparação de vencimento em relação aos seus camaradas da GNR;
- Foi assim quando foram necessárias alterações estatutárias para terminar com diversas injustiças;
- Foi assim quando em sucessivos governos foram implementadas alterações drásticas e injustas nas regras de passagem à reserva e reforma, nas regras de cálculo das pensões e na redução das percentagens de contagem do tempo de serviço;
- Foi assim quando os militares passaram a ser inscritos na Segurança Social;
- Foi assim quando terminaram com as comparticipações de 75% para os medicamentos dos militares nas situações de Activo e Reserva e 100% para os militares na situação de Reforma;
- Foi assim quando alteraram o quadro de Assistência na Doença aos Militares (ADM) colocando-nos no enquadramento da Assistência na Doença aos Servidores do Estado e do Serviço Nacional de Saúde e passando a fazer descontos mensais para se usufruir de piores serviços;
- Foi assim quando o governo nos reduziu os dias de férias equiparando-nos aos trabalhadores do regime geral;
- Foi assim quando o governo procedeu ao fecho e concentração de todos os hospitais militares num só com dois pólos, com os efeitos negativos que todos nós conhecemos e muitos sentem na pele;
- Foi assim quando os descontos para a ADM passaram a incidir sobre a remuneração base e suplemento da condição militar, subsído de férias e de Natal;
- Foi assim quando os Chefes militares criaram o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA) com as consequências negativas que todos conhecemos;
- Foi assim quando o governo revogou o complemento de pensão de reforma para os militares que ingressaram até 31DEZ1989;
- Foi assim quando o governo extinguiu o Fundo de Pensões dos militares das Forças Armadas, depois de o terem arruinado por descapitalização;
- Foi assim quando os Chefes militares propuseram a criação do posto de Furriel para ingresso no Quadro Permanente (QP), o aumento dos tempos mínimos de permanência no posto para promoção ao posto imediato e a promoção a Sargento-Ajudante por escolha;
- Foi assim quando lutámos e conseguimos reverter o ingresso no QP na categoria de Sargentos, com o posto de Segundo-Sargento.

Foi sempre assim... Tudo o que conseguimos foi sempre muito suado. Nunca contámos com o apoio daqueles que agora o governo pretende que sejam os nossos representantes socioprofissionais.

Se agora parece uma boa estratégia do Ministro da Defesa Nacional, ao arrepio de uma lei que o seu próprio partido votou favorávelmente, associar os Chefes militares às medidas apresentadas porque estas parecem ser favoráveis, é evidente que quando implementarem medidas prejudiciais para os militares, a sua associação aos Chefes militares, inevitável, terá efeitos negativos na sua autoridade, na sua capacidade de comando, e na forma como os subordinados os apreciarão.

Por esse motivo o associativismo militar representativo, para além de um direito democrático consagrado na lei, constitui igualmente uma defesa à imagem do Chefe militar, facto que em diversos países da Europa já foi reconhecido e adoptado, sem que se conheça algum decréscimo de operacionalidade ou aumento de indisciplina nas Forças Armadas desses países.

Assim, e em jeito de conclusão, o dia 26 de Julho de 2024 ficará efectivamente na História, sim, mas como o dia em que foi desferido o mais forte ataque ao associativismo militar socioprofissional representativo de que há memória desde a sua criação em 2001.

Isso não será esquecido, muito menos ignorado...

29/07/2024 ▲

Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, reencaminhou a publicação da "*Carta Aberta da Direcção da ANS…*" no Facebook com a seguinte observação:

***"É decepcionante ver a desconsideração pelas associações militares** (portuguesas) **nos recentes anúncios políticos. Em 2024, o respeito mútuo e a inclusão destas associações são cruciais para um diálogo justo e eficaz. Excluí-las não só prejudica o quadro jurídico (internacional) que apoia a representação militar, mas também corre o risco de criar problemas mais profundos no seio das Forças Armadas. O verdadeiro progresso exige que as vozes dos que estão na linha da frente sejam ouvidas e respeitadas. Vamos garantir que as associações militares ocupam o lugar que lhes compete nestes importantes debates"*. ▲

# INFLUÊNCIAS

Vivemos tempos algo conturbados, de desconfiança originária muito provavelmente por um êxodo demográfico fruto dos desequilíbrios económicos entre nações e em que, fruto do egoísmo de uns, se tentam manipular outros para que estes produzam a baixo custo, ou ofereçam os seus bens e serviços acreditando que os outros lhe estão a dar algo em troca, o que a ser verdade, nunca seria nada significativo em relação ao lucro obtido dos que realmente geram.

Assim o é ao nível das nações de uma forma genérica, mantendo-se imutável na nossa sociedade e na nossa instituição de uma forma mais focada, e é nesta última que nos pretendemos concentrar neste artigo.

Podemos criar órgãos de controlo e fiscalização, ter restrições e protecção de dados, podemos ainda elaborar manuais e regras de boas práticas ou quaisquer outros documentos deontológicos, no entanto, tudo isto é ineficaz quando contornado pelas influências que uns conseguem exercer noutros colocados em lugares chave e de decisão para obter determinados favorecimentos.

Mudam-se regras, alteram-se Leis e criam-se órgãos reguladores fantoches quando e se necessário for para obter os objectivos pretendidos. Nesse sentido o grupo dominador será sempre aquele que conseguir influenciar e manipular aquela que, à partida, for a mais soberana e difícil de anarquizar.

Assim, por diversas razões se criam grupos obscuros, secretos até, cujo objectivo será sempre obter supremacia e ganhos pelos demais. Esses grupos, organizados de forma "corporativa" conseguem atrair seguidores na promessa sempre de possíveis ganhos, ganhos esses de variadíssimas formas, podendo passar por uma promoção ou um melhor lugar no emprego, um cargo onde o vencimento seja mais atractivo, uma viagem para um lugar onde gostaríamos de ir, a atribuição de uma casa de função, uma melhor avaliação e consequentemente uma melhor carreira ou negócio.

**Na instituição militar não difere do que acabamos de afirmar acima.**

Prova disso são as diversas **"listas negras"** ou **"douradas"**, consoante se pretende prejudicar ou beneficiar colaboradores ou seguidores, herdadas e que circulam obscuramente entre comandantes.

Quem não presenciou já uma determinada conversa entre chefias, sobre um determinado militar que iria trocar de unidade e em que um deles faz ***"recomendação"*** sobre o seu militar pronto a iniciar deslocamento, no sentido de influenciar já o seguinte dizendo que ***"aquele é para estimar"***, quando a intenção é de o favorecer, ou o contrário dizendo que ***"aquele é para trabalhar"***, quando a intenção é de o prejudicar ou no mínimo sobrecarregar com trabalho, atribuir-lhe funções, (ultimamente em sucessivas acumulações), que sendo mais trabalhosas outros não querem e todo o seu esforço será em vão já que nunca o premiarão?

Pois…é muito natural que muitos de nós nos identifiquemos com situações destas, são muitas destas que na frente de muitos, fazem com que alguns *"amedrontados"* não queiram tal destino e acabam por se juntar ou ***"trabalhar"*** para esse grupo dominante ansiando obter o seu proteccionismo, favorecimento e consequente lucro também.

O grau de influência nos dias de hoje terá sempre um determinado objectivo que poderá ser pontual, numa determinada área, mas sendo sempre o favorecimento do grupo. Para isso terão de se manter ligações nos diversos pontos chaves, sejam eles de decisão ou onde circule qualquer informação passível de obter ganhos, o objectivo será sempre obter **informação privilegiada** de forma a poder exercer a influência em quem eventualmente possa decidir conforme as suas pretensões antecipadamente.

Assim, chefes de gabinete, figuras secundárias de comando ou chefias intermédias, poderão fazê-lo filtrando informações aos seus comandantes assim que estas lhes cheguem.

Da mesma forma, essa influência poderá ser mais poderosa quando o decisor é influenciado em grupo, pois uma narrativa mentirosa ou inverdade contada por muitos terá um peso ***"inquestionável"***, o que leva muitas vezes o decisor a achar não necessitar de procurar qualquer outra versão factual, nem auscultar a opinião ou observar o real trabalho do próprio.

Muitas pessoas que estão na mira do grupo como alvo a abater são destruídas assim e nem se apercebem na maioria das vezes do porquê dessa ocorrência, apesar do ***"assédio"*** que sofrem em todas as situações, como são comuns os pareceres desfavoráveis nas suas diversas pretensões, no requerimento que fica retido numa gaveta, na falsificação de uma avaliação ou documento, normalmente quando o comandante não faz parte do jogo, ou então através de um telefonema paralelo quando o documento segue para alguém conhecido que o possa ***"cuidar"***.

O prejuízo destes, passará sempre por os inferiorizar, ainda que trabalhem mais a qualquer outro elemento do grupo; a atribuição de um cargo ou função mais trabalhosa e ocupacional; a não atribuição ou subtração de qualquer louvor ou condecoração; um possível deslocamento para lugares longínquos e desfavoráveis familiarmente e, na sua maioria, a não participação em forças nacionais destacadas, vendo-se arredados das inerentes compensações monetárias, avaliativas ou honrosas que poderiam obter.

Estamos cientes que grande parte das vezes as nossas chefias ***"estreladas"*** e bem-intencionadas não chegam a ter conhecimento de situações destas, como podemos perceber pelas contínuas ***"danças de cadeiras"***, provocadas por ***"fracturas"*** e consequentes quedas de quem não entra ou é desconhecedor do ***"jogo"***.

Talvez isso explique a despreocupação e degradação de instituições e sistemas em constante mudança e contínua reforma que nunca se materializam e, contrariamente ao que se esperaria, se desagregam.

**Por tudo isto proliferam cada vez mais grupos do tipo e por sua vez estes terão mais adeptos, mas é isto que queremos para a nossa sociedade em geral e para a nossa instituição em particular?** ▲

# *Cartas dos Leitores*

## Asneira Colossal…com Efeitos Nefastos…

**"No charco onde a noite se espelha, o sapo acredita voar entre as estrelas." (Mia Couto in "Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra")**

Bom dia digníssimos camaradas da Associação Nacional de Sargentos.

Gostaria que me enviassem o formulário para futura inscrição nesta associação e me fosse facultada informação sobre o pagamento das quotas.

Integrei recentemente a categoria de Sargentos e gostava de saber se já leram a nova legislação relativa ao reposicionamento remuneratório das Praças, particularmente dos Cabos/ Cabos de Secção.

Ao ler a mesma sinto-me, como outros camaradas, despromovido e ridicularizado.

No meu caso particular, após quinze anos de serviço, e após integrar a categoria de Sargentos, ficarei a perder dinheiro por ficar posicionado em Segundo-Sargento, na posição remuneratória 16 quando poderia ter ficado posicionado na posição remuneratória 18, enquanto Praça, no posto em que me encontrava após o período transitório que ocorre até 2026.

Estará o governo a preparar um reajuste das posições remuneratórias dos Sargentos para corrigir esta autêntica aberração ou estaremos perante mais uma asneira colossal que vai provocar efeitos nefastos na retenção e captação de pessoal?

Pessoalmente, no espaço de um ano e após o despacho "temporário" e "experimental" que coloca os Sargentos a embarcar, no caso da Marinha, em postos até então desempenhados por Praças, já são demasiadas quebras de confiança e lealdade num período de tempo tão curto.

Muito obrigado pela atenção.

Leitor devidamente identificado ▲

# RETENÇÃO OU … O SEU CONTRÁRIO?

É do conhecimento geral que os tempos em que vivemos, voláteis e de poucas certezas quanto a estabilidade e segurança, se poderão vir a degradar ainda mais derivado a outros problemas, como a desregulada imigração, desequilíbrios económicos, sociais e financeiros globais que têm originado conflitos entre Nações, Sociedades ou Grupos pelo domínio de novas tecnologias, matérias-primas ou prioritariamente recursos energéticos.

Estamos também cientes que as políticas utilizadas no sentido de fomentar acordos de forma a superar estes problemas têm vindo a falhar consecutivamente, resultando mesmo na escalada de desavenças, o que, no limite, nos leva aos resultados com que estamos, hoje, confrontados.

Já estamos perante duas guerras, uma às portas da Europa, na Ucrânia e outra no Médio Oriente, ligeiramente mais afastada, mas nem por isso menos importante ou longínqua o suficiente para que não nos mereça as mesmas preocupações, até porque já tivemos Forças Destacadas na Região, concretamente no Líbano, Iraque e Afeganistão, para citar apenas alguns casos.

Começa ainda a ser do conhecimento geral que, de uma maneira geral, as Forças Armadas dos Países Europeus estarão deficitárias em meios materiais e terão poucos efectivos relativamente aos dimensionamentos previstos e autorizados anualmente, como é, também, o caso de Portugal.

Neste sentido, seria de esperar que um maior investimento na área da Defesa viesse colmatar não só este défice de meios materiais, mas fosse motivo de incentivo ao recrutamento e retenção de pessoal nas fileiras.

Apesar de se ter propalado esse investimento ou reforço, criados novos incentivos para a categoria de Praças particularmente, certo é que não foram, nem serão, os suficientes, pois não têm apresentado resultados significativos.

Pelo contrário, o descrédito é crescente nas promessas desse insuficiente, tardio ou ilusório investimento e estão a levar não só ao desencanto, mas ao cansaço e consequente abandono das fileiras.

Abandono esse agora também, reforçado com os diversos pedidos de licenças ilimitadas, com os inúmeros **Abates ao Quadro Permanente** de quadros cada vez mais jovens e com as **prováveis passagens à situação de Reserva,** que se esperam.

Com toda a certeza, as Chefias Militares estarão pouco tranquilas e seriamente preocupadas com a contracção efectiva de comandados, mas isso é fruto dessas más políticas e falta de investimento ou **"maus tratos"** que os meios humanos têm vindo a sofrer.

Sabemos que muito recentemente se terá pensado em alterar Leis e prazos de submissão dos vários requerimentos a solicitar licenças ilimitadas e os Abates ao QP, o que demonstra a forma desesperada com que se debatem Chefias perante tão ineficazes soluções.

Diga-se de passagem, que o problema, reconhecido já por todos, dos baixos salários, será um dos maiores problemas, mas a par deste estará, certamente, o trato e a falta de reconhecimento ao factor humano e do seu trabalho que os levam a procurar outras formas de serviço, outras opções de vida.

Qualquer entidade empregadora, por Lei, contempla o direito a despedir um trabalhador, bem como: *"…o trabalhador a poder rescindir o contrato ou vínculo contratual mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 ou 60 dias, conforme tenha respectivamente, até dois ou mais de dois anos de antiguidade, podendo este prazo de aviso prévio ser aumentado até seis meses, relativamente a trabalhador que ocupe cargo de Administração ou direc*ção, ou com funções de *representação ou de responsabilidade, atendendo ao tipo de regulamentação inerente ao seu contrato de trabalho…"* ***(Art.º 400º Denúncia com aviso prévio – Código do Trabalho).***

Da mesma forma *"…que se o trabalhador não cumprir, total ou parcialmente, o prazo de aviso prévio estabelecido, deve pagar ao empregador uma indemnização de valor igual à retribuição base e diuturnidades correspondentes ao período em falta, sem prejuízo de indemnização por danos causados pela inobservância do prazo de aviso prévio ou de obrigação assumida em pacto de permanência."* ***(Art.º 401º Denúncia sem aviso prévio – Código de Trabalho).***

Se a Lei já existe, estando mesmo já a ser cumprida nestas situações, querendo alterar de alguma forma as regras no que respeita aos prazos de aviso prévio poderem vir a ser prorrogados, só obrigará o trabalhador a fazer contas da indemnização que será obrigado a pagar e tendo condições de o fazer, nada o demoverá.

Pensamos que qualquer entidade empregadora que quer preservar o seu trabalhador deve obrigatoriamente motivá-lo, criando as melhores condições, seja através de vencimentos decentes e justos, seja proporcionando-lhe um ambiente laboral saudável ou qualquer outra regalia satisfatória.

No caso da Instituição Militar (IM) a situação não é diferente.

A contínua insatisfação dos militares, de uma forma generalizada nas diversas categorias, provocada pelas **contantes alterações aos Estatutos**, Regulamentos e Leis, **revogando ou desrespeitando especiais Direitos** e muitas vezes **alterando Garantias consagradas**, materializadas concretamente por vencimentos baixos e estagnados ao longo de décadas, por Carreiras em constante mutação e incertas, por sistemas de avaliações, primeiramente experimentais e incapazes, que originam injustiças e agora ultrapassagens, pela falta de promoções nos tempos certos, por deslocamentos anuais para longe da residência e família, bem como pela pressão por acumulação de funções a que estão sujeitos e traduzem o ambiente laboral enfermo e consequentemente desmotivador, fazem com que estes sejam alguns dos factores que conduzem à sua insatisfação e motivadores de procura de melhores condições, que levam, por vezes, ao desvinculo da IM de forma acelerada.

Serão certamente todos estes factores que deverão os decisores e Chefias querer contrariar, de outra forma, o contrário da desejada e necessária retenção irá prevalecer. ▲

## Idade de Reforma em Debate, na Dinamarca

**Jesper Hansen - Presidente do CS**
**Interessante, mas gostaria de ver propostas concretas!**

Mette Frederiksen, primeira-ministra da Dinamarca, afirmou em conferência de imprensa que o ano de 2025 será a última vez que os social-democratas votarão pelo aumento da idade de reforma.

Foi no Acordo de Bem-Estar de 2006 que foi decidido que a idade de reforma deveria aumentar de acordo com a esperança média de vida. No entanto, também foi acordado que deveria ser votado a cada cinco anos. E é isso que Mette Frederiksen diz que os social-democratas farão uma última vez em 2025, quando haverá uma votação novamente. Isso significa que a idade de reforma, se depender do seu partido, não aumentará para mais de 70 anos.

Frederiksen fez o anúncio como presidente do partido e não como primeira-ministra ou em nome do governo. Não apresentou um plano concreto, mas deu início à discussão sobre a idade de reforma, e foi um tema que agitou o movimento sindical.

Numa outra entrevista, como presidente do partido elaborou ainda mais a proposta dos social-democratas ao afirmar que existem vários caminhos que podem ser seguidos, e que essa é a discussão a ter agora como sociedade. Considerou que, para si, o principal é dizer que no próximo ano será a última vez que vão votar para aumentar a idade de reforma em mais um ano.

Quando o jornalista perguntou se imagina uma "*espécie de idade de reforma diferenciada, onde seja feita uma distinção entre diferentes grupos ocupacionais?"* Frederiksen respondeu que se tivesse um modelo concreto, o apresentaria. Considera que a coisa certa a fazer é afirmar em nome dos social-democratas qual é a sua posição e que agora há muito tempo para pensar sobre isso.

Perante a insistência do jornalista se a situação deveria ser mais branda do que é hoje, Frederiksen respondeu com um curto e claro "Sim".

Jesper Korsgaard Hansen, presidente do CS (Centralforeningen for Stampersonel) – Sindicato de Sargentos e Praças dinamarqueses e membro da Direcção da EUROMIL – disse que como não há, ainda, um plano ou especificação fixa sobre a mesa, é impossível dizer que impacto isso realmente terá sobre os membros do CS nas Forças Armadas. Reforçando que, então, não têm ideia do que isso realmente significará.

Jesper Hansen afirmou que Mette Frederiksen está a falar como presidente do partido e não como governo e, portanto, está a falar para os seus eleitores. Mas considerou ser interessante retomar a discussão. Para ele, enquanto dirigente sindical, faz sentido trazer o tópico para debate, no entanto, gostaria de ver algo muito mais concreto sobre a mesa antes de o seu sindicato apresentar uma opinião final.

Assim se negoceiam e discutem temas de âmbito socioprofissional na Dinamarca. Envolvendo também os sindicatos militares. E não há notícia que, por essa razão, os militares dinamarqueses desempenhem menos bem as suas missões e serviços. Seguramente até o farão com uma muito mais sentida consciência de cidadania. ▲

# Serviço Militar: uma ponte entre a juventude e a sociedade?

*Emmanuel Jacob*
*Presidente da EUROMIL*

O número crescente de jovens que não trabalha, não estuda, nem segue qualquer formação (Nem-Nem) é uma preocupação séria, tal como salientado no recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta tendência aponta para uma questão mais profunda de desconexão e falta de oportunidades para muitos jovens. Uma solução potencial é o serviço militar, que tradicionalmente tem proporcionado um caminho para a formação, as competências e uma noção de ter objectivos.

No entanto, para que o serviço nas Forças Armadas seja uma opção verdadeiramente viável e atractiva, tem não só de resolver os seus problemas de recrutamento e retenção, mas também de se alinhar mais estreitamente com os princípios da democracia. Embora este alinhamento seja o caso na maioria das democracias, infelizmente, não é a realidade em todo o lado. Como vimos em algumas partes do mundo, quando surgem conflitos internos, os militares podem por vezes actuar de forma independente ou mesmo contra os interesses da população. Isto realça a importância crucial de manter as Forças Armadas firmemente enraizadas em princípios democráticos, que sirvam o povo, operem sob controle civil e sejam responsabilizadas perante o público. Só assim as Forças Armadas poderão ser verdadeiramente uma força de paz e estabilidade, em vez de contribuírem para o conflito.

**Serviço militar: uma porta de entrada para a oportunidade**

O serviço militar é, desde há muito, uma forma de os jovens desenvolverem o seu sentido de disciplina, adquirirem competências valiosas e encontrarem uma orientação na vida. Para aqueles que se encontram na categoria "Nem-Nem", o serviço militar pode oferecer um ambiente estruturado e um caminho claro para o futuro. No entanto, para atrair os jovens para o serviço militar ou para construir uma carreira a curto ou mesmo a longo prazo, no mundo actual, é necessário mais do que uma simples formação de base. As Forças Armadas precisam de melhorar as suas condições de trabalho, oferecer um melhor apoio social e proporcionar educação e formação que ajudem os seus membros a ter sucesso na vida civil, uma vez terminada a sua carreira militar.

**As forças armadas como uma força a favor do povo**

Numa democracia, as Forças Armadas devem ser uma força a favor do povo e não contra o povo! Isto significa que as Forças Armadas devem estar totalmente integradas na sociedade, actuando de forma transparente e sendo responsáveis perante o público. As Forças Armadas devem reflectir os valores e aspirações da sociedade que servem, assegurando que as suas acções estão sempre de acordo com os princípios e valores democráticos.

Quando as Forças Armadas são vistas como uma instituição de confiança que serve o povo, reforça-se a ligação entre as Forças Armadas e a população civil. Esta ligação é crucial porque garante que as Forças Armadas não são apenas um instrumento do Estado, mas uma extensão da vontade do povo. Militares que se alinhem com os valores da democracia, actuarão sempre no melhor interesse dos seus cidadãos, fomentando a confiança e o respeito mútuo.

**Diversidade e inclusão: um reflexo da sociedade**

Para que as Forças Armadas sejam verdadeiramente representativas da sociedade de que servem, têm de abraçar a diversidade e a inclusão. Isto significa garantir que as pessoas de todas as origens, etnias, géneros e modos de vida são bem-vindas e valorizadas no seio das Forças Armadas. Uma Instituição Militar diversificada não é apenas uma instituição mais eficaz, mas também uma instituição que compreende e responde melhor às necessidades de todos os cidadãos.

Numa sociedade democrática, a inclusão no seio das Forças Armadas é essencial para manter a sua legitimidade e ligação ao povo. Quando as Forças Armadas reflectem no seu próprio seio a diversidade da população, tornam-se uma verdadeira força do povo, capaz de servir e proteger todos e não apenas alguns. Esta inclusão ajuda a garantir que as Forças Armadas sejam vistas como um parceiro no processo democrático, e não como uma entidade separada ou isolada.

**O papel das forças armadas numa sociedade democrática**

O papel das Forças Armadas numa democracia consiste em defender a nação, mantendo-se, ao mesmo tempo, sob controle democrático. Este equilíbrio é vital porque garante que as Forças Armadas actuam de uma forma coerente com os valores da sociedade que protegem. As Forças Armadas devem actuar como protectoras das nações e dos valores internacionais, defendendo os direitos e liberdades dos seus cidadãos, ao mesmo tempo que são responsáveis perante o público.

O pessoal militar deve ser tratado como "cidadãos em uniforme" com os mesmos direitos e oportunidades que qualquer outro cidadão. Esta abordagem reforça a ideia de que as Forças Armadas não são uma entidade separada, mas sim uma parte integrante do sistema democrático. Ao tratar aqueles que servem nas Forças Armadas como cidadãos de pleno direito, fortalecemos a ligação entre os militares e o público, assegurando que as Forças Armadas são vistas como uma instituição de confiança e respeitada. Este princípio dos "cidadãos em uniforme" foi a base fundamental da EUROMIL aquando da sua criação em 1972 e continua a ser central para o que defendemos actualmente. Ao longo da última década, a EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, tem enfatizado que este princípio vai para além do simples facto de viverem como cidadãos; significa também que os militares devem ser totalmente integrados no mercado de trabalho, com todos os direitos e obrigações inerentes ao facto de serem trabalhadores. Assim, os militares não são apenas cidadãos, mas também trabalhadores em uniforme, merecendo as mesmas protecções e oportunidades que qualquer outro membro da força de trabalho.

**Conclusão: as forças armadas como instituição democrática**

Ao enfrentarmos o desafio do aumento do número de jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (Nem-Nem), temos de explorar todas as soluções possíveis. Uma carreira, a curto ou longo prazo, nas Forças Armadas pode oferecer aos jovens a estrutura, a formação e o objectivo de que necessitam para construir um futuro melhor. No entanto, para que as Forças Armadas sejam uma opção atractiva, devem enfrentar os desafios do recrutamento e da retenção e estar estreitamente alinhadas com os valores democráticos.

Ao garantir que as Forças Armadas são uma força para o povo, que abraçam a diversidade e a inclusão e que operam sob controlo democrático, podemos criar Militares que são confiáveis e respeitados pelos cidadãos que servem. Esta abordagem não só ajuda a resolver o problema dos "Nem-Nem", como também reforça a ligação entre os militares e a sociedade, garantindo que as Forças Armadas estão plenamente integradas na vida da nação que protegem. ▲

# DESLOCAMENTOS SEM ALOJAMENTO?

Chegados a esta altura do ano, ao mês de Setembro, é comum chegarem também as preocupações de muitos, principalmente dos militares.

Por trás dessa preocupação, estão os deslocamentos previstos nas escalas anuais a que estão sujeitos os militares e, por vezes, também as suas famílias.

Recentemente, com algumas das mudanças aos Quadros Orgânicos, foram criadas mais algumas Direcções de Chefia e Repartições, todas elas concentradas em Lisboa, aumentando de forma significativa os efectivos humanos que, por imposição, têm agora de ser deslocados para a Capital para suprimir o défice esperado.

Numa orientação baseada em imposição ***"para Lisboa, a toda a força"***, seria de esperar um antecipado bom e justo planeamento, no entanto ainda se verifica que camaradas são deslocados sem terem garantias de alojamento, ainda que o solicitem antecipadamente. E, nesta situação, acreditamos que não deveria sequer ser necessário fazê-lo, uma vez que marcham por imposição.

Talvez por isso, comece a ser habitual ouvirmos falar de que após "*fase de estudo*", estará a concretização da construção de uma quantidade infindável de fogos para suprimir o défice da habitação com que o País se debate de uma forma geral.

No entanto, apregoar a construção de alojamentos e deslocar pessoal sem antes o concretizar, é com toda a certeza adensar o problema e castigar uma vez mais os militares, o que não favorece qualquer dos chavões associados às nossas Forças Armadas, sejam eles a atractividade, credibilidade, inclusão, muito menos à retenção ou ao recrutamento.

Existem normas de nomeação para deslocamento dos militares que são utilizadas pelo Órgão de Administração de Pessoal que, ultimamente, têm gerado alguma controvérsia, porque nem sempre interpretam do mesmo modo o que nelas constam, seja pela antiguidade ou tempo de permanência na Guarnição, seja pela atenção à distância e números de deslocamentos.

Assim, constatamos que enquanto uns militares transitam muitas vezes umas centenas de metros, podendo até transitar entre Ramos, outros têm tendência para suprimir as necessidades mais longínquas, o que a ocorrer uma vez na sua carreira até se poderia dar como normal, mas nem sempre assim é, o que pode configurar uma injustiça.

Pelo facto, alguns militares contam quatro ou mais deslocamentos ao longo da sua carreira, na sua maioria longos e outros chegam ao final de carreira sem qualquer deslocamento, o que no mínimo será insólito, pecando por injusto nos tempos que correm.

Esta situação deve-se, na maioria dos casos, ao facto de que algumas Unidades não expressam as suas reais necessidades para evitarem que o Órgão Administrativo coloque alguém nos cargos deficitários, o que poderia obrigar algum dos seus militares a um deslocamento inopinado, caso ocorra posteriormente uma promoção que venha a exceder as vagas naquele posto.

Esta situação agrava-se, também, com o pedido que qualquer Comandante de Unidade expressa assim que no *"draft"* de movimentos se perspectiva a rotação de algum dos militares que considera serem peças importantes para o bom funcionamento da Unidade durante o seu comando.

Tentarão evitar ou atrasar o mais possível esse movimento, o que poderá prejudicar terceiros ou mesmo o próprio militar que, a ter de marchar tardiamente, é duplamente pressionado com tudo o que isso acarreta.

Um dos problemas que terá de enfrentar, no caso de o deslocamento ocorrer para as Regiões Autónomas de Açores e Madeira, será também o do seu alojamento e, eventualmente, dos seus familiares caso o acompanhem.

Num nos arquipélagos essa dificuldade adensa-se, ainda que tenha à disposição da sua gerência uma série de apartamentos, na maioria mobilados que, antecipando a sua chegada, poderiam desde logo ser disponibilizados para servir esses militares, ainda que sob o lançamento de concursos de atribuição regulamentar.

No entanto, verifica-se que os concursos quando acontecem, ocorrem de forma desfasada no tempo, de forma incorreta muitas vezes, obrigando à sua repetição consecutiva. Para além do descontentamento e prejuízo que isso trás aos militares e suas famílias, a Instituição Militar fica privada da receita das suas possíveis rendas, com a agravante das habitações fechadas se degradarem mais rapidamente, obrigando posteriormente a serem intervencionadas com custos de manutenção imprevistos.

Não se entende, por isso, que camaradas que se deslocam com os seus familiares se vejam obrigados em situação já precária, a ter ele próprio de encontrar alternativas, pagar alojamentos caros, quando a instituição os tem para esse efeito, mas não os atribui, prejudicando a Fazenda Nacional com a perda da receita das suas rendas e não evitando a sua degradação.

**O QUE FALTA FAZER AFINAL PARA ISTO DEIXAR DE ACONTECER?**

**PODERÃO OS MILITARES VOLTAR A SORRIR?** ▲

# *Feito histórico da AUGC: O Congresso dos Deputados de Espanha admite a reintegração dos guardas civis expulsos há 30 anos*

No dia 11 de Julho de 2024, foi alcançado um marco histórico para a Associação Unificada de Guardas Civis (AUGC) e para toda a família EUROMIL: o Primeiro-Sargento José Morata, membro fundador da AUGC, e os restantes guardas civis expulsos do Corpo no início dos anos noventa pela sua luta pelos direitos laborais dos guardas civis, foram admitidos para reintegração no Corpo da Guarda Civil.

O Congresso dos Deputados de Espanha admitiu a reintegração dos guardas civis expulsos através da Lei Orgânica do Direito de Defesa. Esta lei refere-se ao direito de qualquer pessoa invocar a atividade dos órgãos judiciais em defesa dos seus interesses legítimos. A proteção judicial efectiva é um direito não só reconhecido pela Constituição espanhola, mas também enquadrado nos direitos fundamentais do sistema jurídico espanhol.

É importante sublinhar que o gozo do direito fundamental de obter protecção judicial efectiva para os guardas civis deve ser pleno e igual às condições de que gozam os outros funcionários públicos e os cidadãos em geral.

A reabilitação dos membros da "Guardia Civil" que foram expulsos por terem iniciado o caminho em defesa dos direitos dos guardas civis é uma das questões pendentes pelas quais a AUGC tem vindo a lutar há anos. Trata-se de uma anomalia democrática pela qual continuam a lutar e a trabalhar, por um merecido reconhecimento e pela dignificação das condições da sua reintegração. Desta forma, o Primeiro-Sargento José Morata, como membro fundador desta organização, entre outros membros históricos, recuperará os direitos e liberdades que lhes foram retirados há 30 anos.

X: https://x.com/AUGC_Comunica/status/1811384770791715040

*augc.org:* *https://www.augc.org/actualidad/logro-historico-augc-congreso-admite-reingreso-guardias-civiles-expulsados_22483_102.html*

# ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Apesar dos meses de Julho, Agosto e Setembro serem, tradicionalmente, mais voltados para as férias, descontração e descanso, o facto é que este período exigiu dos dirigentes da nossa ANS uma intensa actividade, dando força e razão à frase tantas vezes dita, em que "a luta não vai de férias"!

De alguma dessa intensa actividade associativa apresentamos abaixo um resumo:

03JUL – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;
04JUL – Visita/Palestra da ANS no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, em Queluz. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;

06JUL – Cerimónia Militar alusiva ao 72º aniversário da Força Aérea, em Portimão. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

08JUL – Reunião do "Manifesto-CPR", em Almada. ANS representada por L.Coelho;
10JUL – Reunião com o Secretário do Adido Militar da Embaixada da Alemanha. ANS representada por L.Coelho;
10JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;
11JUL – Visita/Palestra da ANS na Escola de Tecnologias Navais da Armada, no Alfeite. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça, J.Galvão, A.Almeida, R.Maricato, L.Bugalhão e V.M.Alves;

13JUL – Cerimónias do 23º aniversário da Delegação de Lisboa da ADFA, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;
17JUL – Tribuna Pública "Valorização Funcional / Saúde Militar / Salários Justos" promovida pela ANS, no Laranjeiro/Feijó;

18JUL – Debate sobre "A 5ª Divisão do EMGFA na Revolução" promovido pela ACR, na Voz do Operário, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;
18JUL – Reunião com diversos secretários de adidos militares em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
22JUL – Reunião via plataforma vídeo, entre as Direcções das três APM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;
24JUL – Reunião com o SEADN, no Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;
24JUL – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;
25JUL – Cerimónia alusiva ao Dia do IASFA, em Runa. ANS representada por L.Coelho;
25JUL – Delegação de dirigentes das três APM fez entrega da Moção aprovada na Reunião de Militares, na Residência Oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa;

30JUL – Reunião com militares da Força Aérea, na sede social. ANS representada por L.Coelho;
31JUL – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;
02AGO – Reunião com o SEADN, no Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e L.Bugalhão;
07AGO - 24JUL – Reunião com o MDN, no Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e R.Graça;
20AGO – Reunião (presencial e vídeo conferência) da Comissão Permanente do Ramo Força Aérea (CPR-FAP) na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.L.Silva, J.Pereira e J.Mata;
21AGO – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
26AGO – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
27AGO – Reunião com Sargentos da Força Aérea, em Alenquer. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
29AGO – Exéquias fúnebres do Coronel Luís Alves de Fraga, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
03SET – Visita/Palestra da ANS no Regi-

mento de Infantaria Nº 14, em Viseu. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira, J.Galvão e V.M.Alves;
04SET – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE, na Assembleia da República – Delegação da ANS composta por L.Coelho e J.Mata;
04SET – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;
08SET – Cerimónia litúrgica alusiva ao 50º aniversário do EMGFA, na Igreja da Memória, em Belém, Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;
09SET – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
11SET – Visita/Palestra da ANS na Base Aérea Nº 6, no Montijo. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira, J.Galvão e L.Bugalhão;

11SET – Exéquias fúnebres da Mãe do nosso camarada Miguel Moita, no Porto. ANS representada por J.Mata e J.P.Leitão;
12SET – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e F.G.Silva;
18SET – Reunião via plataforma vídeo com o "Manifesto Cumprir a CRP". ANS representada por L.Coelho;
18SET – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa e via plataforma vídeo;
20SET – Exéquias fúnebres do Segundo-Sargento Catroga Duarte, em Abrantes. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;
21SET – Cerimónias alusivas ao "Dia da Praça das Forças Armadas", promovidas pelo CPA e pela AP, no Feijó. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e J.Galvão;

22SET – Exéquias fúnebres do Sargento-Ajudante Simão Campos, no Porto. ANS representada por A.Assunção;
22SET – Apresentação de um livro na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por V.M.Alves;

22-23SET – Reunião da Direcção da EUROMIL, na sua sede social, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;
26SET – Reunião via vídeo com a Associação "o230". ANS representada por L.Coelho;
27SET – Sessão Debate "CRP, Recrutamento e Retenção nas Forças Armadas", promovida pelo Manifesto CRP, no auditório da Biblioteca Municipal José Saramago, em Beja. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, J.Pereira, J.Galvão, J.Mata, L.Bugalhão e V.M.Alves;

28SET – Cerimónia alusiva ao 41º aniversário do CPA, na sua sede social, na Romeira, Cova da Piedade. ANS representada por J.Galvão.

Na altura do fecho desta edição do jornal "O Sargento" estão em preparação diversas iniciativas e trabalhos, entre os quais, visitas/palestras a diversas unidades militares, audição na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, para além de reuniões, encontros e debates com Sargentos das Forças Armadas, de modo a encontrar as mais adequadas formas de continuar a lutar pela defesa das melhores condições profissionais, assistenciais e sociais.

Destas diferentes e variadas iniciativas e eventos daremos conhecimento na próxima edição do jornal "O Sargento". ▲

# Associação Nacional de Sargentos

## Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de "Cidadãos em Uniforme", e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o "espartilho" criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

**"Associa-te!**
**Vem dar mais força**
**à força dos Sargentos**
**de Portugal"!**

Internet: http://www.ans.pt - www.facebook.com/ANSargentos - Email: contacto@ans.pt

## Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

*A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.*

*Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.*

*Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em*
*www.ans.pt*
*ou no Facebook em*
*www.facebook.com/ANSargentos*

**NACIONAIS:**

- *CRUZ VERMELHA PORTUGUESA*
- *GLASSDRIVE*
- *INSTITUTO QUINTINO AIRES*
- *CLÍNICAS LEVITATE*
- *INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL*
- *FITOCLINIC*
- *FITNESS HUT*

**ZONA NORTE:**

*-RIVA OFFICE*
*-MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS*

**ZONA CENTRO:**

- *CENTRO MÉDICO DE COIMBRA*
- *CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI*
- *CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES*
- *ÓPTICA DA MALVEIRA*
- *VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS*
- *GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA*
- *FERNANDÓPTICA, LDA*
- *AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)*

**ZONA SUL:**

- *FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)*
- *FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA*
- *GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA*
- *AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE*
- *RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS*
- *CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE*
- *HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO*
- *CLÍNICA VIDAMED*
- *FARMÁCIA EUSIL*
- *ÓPTICA BERNA*
- *CLÍNICA O MEU MÉDICO*
- *CLINÍCA PELVICLINIC*
- *CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE*
- *MÉDICO SOBRE RODAS*
- *SOS PET CLINICA VETERINÁRIA*
- *MONTICORPO*
- *DRAGONFLY*
- *FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos*
- *CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT*
- *A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.*

- *ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT*